

APROPUC ENCAMINHA RECURSO REIVINDICANDO SUSPENSÃO DA NOVA MAXIMIZAÇÃO

A APROPUC está protocolando nesta sexta-feira, 25/11, um recurso a ser analisado na reunião do Consad de 29/11, para a revogação da deliberação do Consad de nº 03/2022 publicada em 11/11 que estipulou um número mínimo de sete créditos para o contrato de tempo parcial de 10 horas no primeiro semestre de 2023 e estabelece o fim desse tipo de contrato no segundo se-

mestre do mesmo ano. O recurso, cujos principais argumentos publicamos nesta página, foi redigido pelo departamento jurídico juntamente com a diretoria da APROPUC e contempla tanto argumentos jurídicos, acadêmicos e trabalhistas. O encaminhamento, assim como muitos argumentos do recurso, partiu da assembleia docente de 16/11, que decidiu também por realizar um dia de

mobilização no próximo dia 29/11 quando será discutido no Consad o recurso. Os professores entenderam que uma modificação nos parâmetros do contrato docente só pode ser efetuada depois de uma ampla discussão com as unidades e professores da universidade e não de maneira unilateral como está acontecendo neste momento. Nesta edição publicamos também a carta do movi-

mento PUC-SP pela democracia intitulado “É hora de reforçar a democracia na PUC-SP”, que questiona o documento elaborado pelo Consad com a mudança das horas contratuais (veja íntegra na página 3). No encerramento desta edição a direção da APROPUC estava reunida com a Reitoria para discutir a Deliberação 03/2022 e o regime contratual dos professores

Maximização da carga horária. Argumentos jurídicos e acadêmicos

Em 11/11/22 p.p. foi publicada a Deliberação CONSAD n. 03/2022 que, invocando a Portaria n. 21 de 21/12/2017 do MEC, dispôs sobre a ampliação de número de créditos para a configuração dos contratos docentes de TP10.

A Deliberação foi objeto de debate entre os professores e na Assembleia de 16/11 do ano corrente, os professores da PUC-SP decidiram unanimemente pela suspensão da Deliberação do CONSAD Nº 03/2022, por entenderem que esta precariza ainda mais a relação contratual de trabalho dos docentes da PUC-SP, ampliando o

número de créditos para um contrato de dez horas.

Esta medida acarretará uma parcela significativa de professores em regime horista, o que contraria o acúmulo histórico de regime contratual de trabalho, em que o contrato horista deve ser a excepcionalidade.

As normas constantes da Deliberação importaram em ILEGALIDADE e ABUSO DE PODER, uma vez que:

- Contrariam a Deliberação CONSAD n. 04/2017 e o Acordo Interno;
- O Acordo Interno assegura jornada mínima de TP 10, a significar que professores que vierem a perceber

pelo Fator Trabalho Docente - FTD estarão fora do regime de Tempo Parcial;

- A Deliberação CONSAD n. 04/2017 tem caráter de Norma Interna, e, portanto, faz lei entre as partes;

- Ainda que inexistisse Norma Interna, a equivalência entre 6 créditos e a carga horária TP 10 é costume na Universidade, e o costume também tem força de lei;

- Utilizada há anos, a regra que reconhece a equivalência entre 6 créditos e TP 10 constitui direito adquirido entre as partes;

- A Portaria do MEC nada dispõe sobre correspondência entre número de créditos e sua correspondência com a carga horária;

- Ainda quando assim não fosse, se a lei não pode revogar direito adquirido, muito menos uma Portaria pode fazê-lo;

- Somente por meio de Legislação Federal é possível alterar normas trabalhistas. Nessa medida, uma Portaria não poderia dispor sobre jornada de trabalho ou alteração do contrato de trabalho com redução salarial;

- A alteração do critério de composição da hora-aula importa em redução salarial e alteração prejudicial do contrato de traba-

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

lho, inexistindo ainda, autorização dos professores para tal fim;

- A DELIBERAÇÃO ACARRETA REDUÇÃO SALARIAL, vedada pela Constituição e pela CLT;

- A redução salarial, decorrente da redução da carga horária, somente é admitida nos termos da Convenção Coletiva;

- Nossos Tribunais não admitem redução salarial do professor, por meio de alteração de critério do cálculo da composição da carga horária.

Esses os principais fundamentos jurídicos que evi-

denciam ser urgente a revogação da norma publicada pelo CONSAD.

Quanto aos argumentos acadêmicos/pedagógicos cremos que a Deliberação não se sustenta fundamentalmente por:

- Não solucionar um conjunto de questões que precisam ser equacionadas e que vem se agravando desde 2006, a saber: os contratos diferenciados entre graduação e pós-graduação; salários desiguais com a mesma titulação, represamento das carreiras;

- Carecer de um estudo de impacto das relações contratuais de cada área, curso, faculdade a partir dos PPCs-
-Projetos Pedagógicos dos

Cursos, amplamente discutidos nos cursos para que se possa relacionar as questões acadêmico-pedagógicas e contratuais.

- Esta deliberação levará a uma alteração contratual ilegal, por redução de salários e contratual, ampliando o FTD, que deveria ser uma excepcionalidade conforme o Estatuto da Universidade e descaracteriza a Universidade de sua qualidade de excelência em seu tripé ensino-pesquisa e extensão se igualando às universidades mercantis privatistas;

A deliberação agrava a construção acadêmico-pedagógica construída nos cursos de acordo com as diretrizes curriculares e precariza ainda mais as condições de en-

sino, pesquisa e trabalho na PUCSP

- Os professores em FTD não terão possibilidade de monitoria, IC, posto que submetidos a contratos precários, mal remunerados além de ficarem excluídos de grande parte dos benefícios conquistados durante décadas na negociação entre a APROPUC e FUNDASP, consequentemente precarizando o ensino.

Essas questões acadêmico-pedagógicas, assim como as trabalhistas estão desenvolvidas no Recurso Administrativo, acrescidos de propostas da comunidade acadêmica e da APROPUC que será enviado ao CONSAD até 25/11

professor e funcionário, filie-se à sua associação!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E
FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!



ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao

FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

PUC^viva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

É hora de reforçar a democracia na PUC-SP

O movimento PUC-SP PELA DEMOCRACIA, que congrega docentes, discentes e funcionários da PUC-SP foi criado em meio à campanha eleitoral de 2022. Originou-se na esteira das eleições de 2022, buscando compor com as forças democráticas e na perspectiva

do fortalecimento das instituições do país. O movimento cresceu e percebeu-se vitorioso, mas agora vê a necessidade de ampliar o foco inicial.

O Movimento começou suas atividades com Ato no TUC, no dia 22 de setembro, com ampla repercussão na comunidade acadêmica e fora dela, lembrando os 45 anos da invasão na PUC-SP pela ditadura militar como símbolo de nossa defesa da democracia.

Entre o primeiro e o segundo turno das recentes eleições, o grupo organizou uma série de atividades: lives, participação em passeatas e criação de material visual, que defendiam não só a democracia, mas também a chapa Lula-Alckmin como alternativa

às ameaças institucionais representadas pela outra candidatura, após a experiência de um governo marcado pela destruição das políticas sociais, pela negligência e ineficácia no combate à pandemia, além da irresponsabilidade na preservação dos biomas brasileiros, notadamente a Amazônia. Todas essas atividades de nosso Movimento contaram com parceria importante da Fundação São Paulo.

A vitória da chapa Lula-Alckmin foi, portanto, uma conquista contundente da democracia no Brasil e temos consciência da participação da PUC-SP nesse processo. O ato mais importante da última semana de campanha de 2o turno, não por acaso, ocorreu aqui e teve intensa atuação do PUC-SP PELA DEMOCRACIA.

Respirando com alívio, nos voltamos agora a um debate na PUC-SP: a necessidade de defender seu projeto de universidade e sua democracia interna, que vem sendo posta à prova, com particular ênfase nos últimos meses, marcados

por algumas ações da Fundação São Paulo.

Lembramos primeiro do corte nos salários, revertido graças à intensa mobilização da comunidade, que repercutiu na mediação da Justiça, mas que irá precarizar ainda mais os salários de professores ingressantes na instituição a partir de 2023.

Além disso, também nos assusta que, após o planejamento acadêmico para o 1º semestre de 2023, o Consad – com voto vencido da Reitoria – tenha deliberado sobre nova maximização contratual, começando com os professores com menor carga contratual, mas já anunciando nova ampliação da maximização a partir do 2º semestre de 2023. Isso quando a instituição está com situação financeira estável e superavitária desde 2015. Por tudo isso, é preciso que a Fundação São Paulo reflita sobre suas posições e dê consequência à sua afirmação recente de que o diálogo é o melhor caminho, deixando de lado decisões unilaterais, sobretudo quando elas afe-

tam frontalmente (como agora) o projeto de universidade da PUC-SP. Ouvir e dialogar com a Reitoria, as entidades representativas de docentes, funcionários e discentes, certamente, será mais produtivo e evitará conflitos e instabilidades desnecessárias.

No atual momento, em relação aos contratos docentes, é importante que a Fundação São Paulo dialogue e construa soluções negociadas com a Apropuc (nas questões salariais) e com a Reitoria e o Consun nas questões acadêmicas.

Sempre mantivemos a democracia em nossos processos de gestão universitária, mesmo com turbulências e nos períodos mais difíceis. Os princípios democráticos singularizam e qualificam a vida universitária e o projeto acadêmico da PUC-SP, por isso merecem ser seguidos nas práticas da universidade como um todo. Convidamos nossa Mantenedora a integrar esse contínuo esforço.

PUC-SP Pela Democracia

Moção de Repúdio da APROPUC à nomeação do empresário Renato Felder para a Secretaria de Educação de São Paulo

A Diretoria da APROPUC vem manifestar repúdio e denunciar a nomeação do empresário e administrador de empresas, Renato Felder, para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, maior rede de ensino público do Brasil e de toda a América Latina. Após haver destruído radicalmente a rede de ensino público do Estado do Paraná, com a entrega da gestão de mais de 27 escolas públicas a empresários privados, através

de licitação, implantação de ensino militarizado em 195 escolas estaduais daquele Estado e terceirização do controle de gestão de 17% das escolas públicas do Paraná, vem completar sua obra de passar a boiada à frente da Secretaria de Educação de São Paulo. Lembrando que por décadas a educação pública de São Paulo foi minada por governos de cunho privatista neoliberal. A APROPUC denuncia o recém-eleito governador de

São Paulo, capitão Tarcísio de Freitas, carioca desconhecido do grande Estado que irá governar, de nomear para a importante pasta da Educação um empresário sem formação nem conhecimento nesta área, para efetuar e finalizar o desmonte do ensino público através da implantação do projeto bolsonarista de militarização, mercantilização e entrega da gestão de escolas públicas a empresas e prestadoras de serviços, a exemplo

de contratos recentemente firmados entre a Secretaria de Educação do Paraná e a Faculdade privada Unicesumar de Maringá para estudo teleguiado à distância, além das mencionadas privatizações desta monção.

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA. ABAIXO O BOLSONARISMO REGRESSISTA IMPLANTADO NO BRASIL. SÃO PAULO RESISTIRÁ.

FALA COMUNIDADE

Resposta da Direção da Faculdade de Ciências Sociais

Em resposta à manifestação do Professor Lucio Flavio de Rodrigues de Almeida “A hora e vez de cada crise” publicada no Jornal semanal da APROPUC e AFAPUC Edição nº 1171- 18/11/2022, a Direção da Faculdade de Ciências Sociais esclarece:

O problema instalado na Área de Política do Departamento de Ciências Sociais, como o leitor pôde constatar, é antigo e delicado. Esta Direção, que não é parte do problema e sim instância de

direcionamento, no intuito de proteger os nossos docentes do constrangimento público e buscando um encaminhamento habilitado e competente na perspectiva de reaver o diálogo e restituir um ambiente acadêmico possível e produtivo, sugeriu, em reuniões ocorridas em fevereiro de 2022 e novamente na reunião de outubro deste ano, que este impasse fosse conduzido pela Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias, uma vez que, conforme sugerido no art. 318

do Regimento Geral da Universidade, quando da ocorrência de situações interpessoais conflituosas, a mesma poderia ser encaminhada a Pro Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias para que fossem adotadas práticas de mediação. Entendemos que este é um encaminhamento respeitoso, adequado, que busca ouvir, contemplar as partes e encaminhar soluções.

Os docentes da área de política, que encaminharam a carta para a Direção, acei-

taram a proposta sugerida e colocaram-se abertos à mediação. O professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida não aceitou.

A Direção da Faculdade de Ciências Sociais deixa público que encaminhou novo Ofício ao professor Lúcio Flávio convidando-o a participar da mediação proposta. Esperamos conseguir restituir o diálogo, tão necessário ao ambiente democrático.

Direção da Faculdade de Ciências Sociais

Carta aberta ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC SP (mestrado)

Sou filha da PUC e hoje recebi a notícia que fui eliminada no processo seletivo por 0.50, meio ponto, que me excluiu do processo selectivo de Mestrado em Serviço Social, por meio ponto, eu não posso dar continuidade aos meus estudos, por 0.50.

Sei que não luto por mim, pois não tenho direito de saber qual o motivo da minha reprovação, não tenho direito de pedir que outro professor corrija minha prova, não tenho direito a recurso, justamente em uma profissão de luta como o serviço social, uma profissão que luta contra o capitalismo a favor da classe trabalhadora, me dá o direito de ficar calada a uma correção que dentro da minha perspectiva de aluna é questionável, estou tentando me articular para atender as minhas próprias necessidade, com certeza a professora que corrigiu esta prova já foi aluna, por isso imagino que entenda a sensação de fracasso que uma reprovação traz, me sinto injustiçada por ter sido reprovada por 0.50, este meio ponto teve poder de destruição dos meus projetos pessoais, profissionais e acadêmicos.

Considero totalmente injusto

eu não poder recorrer, não ter a chance de ser ouvida, não poder apresentar meu projeto, meu curriculum. Por meio ponto, o que faltou?, o que eu teria que ter dito para ter meio ponto a mais? Pensam professores não seria pedagógico, eu ter essa oportunidade de saber porque fui reprovada?, o que eu deveria ter escrito para ser aprovada?, escrevo esta carta aberta em lágrimas, pois meus sonhos acadêmicos precisam ser minimamente adiados ou esquecidos, é normal que eu esteja indignada por ter meu projeto pessoal, profissional e acadêmico inviabilizado, não quero ficar estigmatizada, mas quero justiça, a percepção que tenho é que a avaliação não foi ponderada e justa, eu sou uma filha da PUC, estudiosa, estudei toda a bibliografia, minha prova foi coerente, li todos textos, tenho um projeto pouquíssimo estudado, quero estudar a justiça restaurativa e o Serviço Social no seu exercício profissional, meu projeto está o melhor que eu consegui fazer, corrigido, eu não poderia aceitar isso calada, por que afinal todo ser humano articula para atender suas próprias necessidades, mesmo sabendo que não será feita a

justiça a esta mãe, trabalhadora, que lhes escreve, mas eu estou pedindo esta reflexão e lutando pelas próximas mulheres, mães trabalhadoras, que chegarão ao programa de pros graduação em Serviço Social da PUC-SP estou aqui articulando pelas próximas pessoas, pois a luta deve ser sempre coletiva, saber o motivo da reprovação, até para poder se preparar melhor, venho com toda humildade solicitar nesta carta aberta, que o aluno reprovado tenha oportunidade de entender sua reprovação, pois esta é uma conduta pedagógica, desta forma ele poderá se preparar melhor para as próximas provas, porque desistir JAMAIS, sugiro que por favor os professores reflitam nesta metodologia de avaliação, e que discutam a minha reprovação, como exemplo, 0,50 ao meu ver reprovar um aluno, por meio ponto, não tem nada identidade com o projeto ético político profissional desta profissão.

Eu Monalisa Daniela Pereira só queria ser uma profissional melhor, sou concursada da PMS, sou advogada, tenho duas pós-graduações, fiz um mestrado em psicologia no PERU, falo ale-

mão, inglês, espanhol, só queria estudar, eu só queria aprender, só desejava me capacitar para meu exercício profissional, sonhava em poder participar das correlações de força com melhores referenciais teóricos, queria atender e entender as demandas dos meus usuários subsidiada de bons referenciais teóricos, gostaria de contribuir com o desenvolvimento dos meus colegas através de meus aprendizados. Mas por meio ponto, fui descartada, acredito que uma prova seletiva de mestrado não deveria ter essa lógica de vestibular, num curso que custa R\$ 3500 reais. Que outras mães, trabalhadoras não sejam reprovadas por 0.50, como aconteceu comigo, reflitam sobre como vocês estão avaliando seres humanos, pensem, debatam e deliberem por favor, se um aluno reprovado não merece uma devolutiva dos motivos que o conduziram a reprovação, considero pedagógico e consolador uma devolutiva sejam apoiadores do crescimento intelectual de seres humanos, isso vai contribuir para que o usuário do suas tenha um atendimento aprimorado.

Monalisa Daniela Pereira

Matilde Ribeiro participa de seminário sobre lei de cotas

Na quarta-feira, 23/11, no Tucarena, aconteceu a conferência de abertura do seminário “10 Anos da Lei de Cotas no Brasil: Caminhos para o Enegrecimento da PUC-SP”. Promovido pela PUC-SP, o seminário contou com o lançamento de livros do Selo Autorias Negras da EDUC, a presença e debate com os coletivos negros da PUC-SP e a presença da Dra. Matilde Ribeiro, ex-ministra da secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do governo Lula.

O Brasil é um país com a

maioria negra, mas em seus ambientes de poder não existe representatividade, ainda são ambientes majoritariamente masculino e branco. O evento questionou “Qual universidade que queremos?”, que instigue a abordagem de narrativas extraocidentais em torno da diversidade, diferença e identidade.

Além de promover um outro olhar para diferentes formas de produção de conhecimento histórico antieurocêntrico, policêntrico, dialógico e antirracista, produzidos na universidade,

a PUC-SP trouxe o debate sobre a contratação de professores negros e a ampliação de bolsas e a permanência de alunos negros no ambiente acadêmico. “As instituições não precisam ficar fechadas nelas mesmas, com os brancos no poder, como se a gente não existisse. Eu saúdo esta PUC que se apresentou hoje.”, disse Matilde Ribeiro que também foi aluna da PUC-SP

O seminário continuará no dia 25 de novembro com apresentações de trabalhos acadêmicos.

Equipe de Transição contará com professores da PUC-SP

Foi anunciada nesta semana a participação da professora Madalena Guasco Peixoto na Equipe de Transição do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva. Madalena é doutora em Educação pelo EHPS e atual diretora eleita da Faculdade de Educação da PUC-SP.

O grupo responsável por formular uma nova política de educação para o país terá grandes desafios pela frente, mas, como afirmou a professora, “o mais importante é resgatar o protagonismo das entidades de educação, dos movimentos sociais. Vamos apresentar um diagnóstico e uma relação de atos normativos que serão imediatamente revogados, e uma plataforma emergencial e outra para os primeiros 100 dias.”

A equipe de transição também contará com a participação dos professores Antonio Carlos de Lacerda, ex-diretor da Faculdade de Economia e Administração e Laurindo Leal Filho, ex-professor da Faculdade de Ciências Sociais e ex-presidente da APRO-PUC.

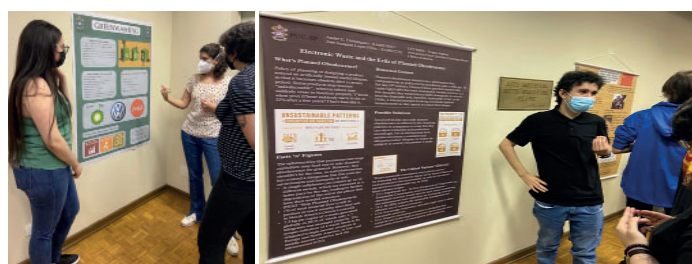
Livro analisa egresso prisional em situação de rua

Na terça-feira, 22/11, no auditório 239, aconteceu o lançamento do livro “Precisamos falar sobre o egresso prisional em situação de rua no estado de São Paulo”. O livro que é fruto de uma tese do programa de pós graduação em Serviço Social de

Bruno Jaar Karam, teve a presença para o debate do autor, da Ms. Melina M. Miranda, Dr. Gustavo Junqueira e a mediação de Beatriz Abramides.

Com 10 anos de pesquisa, o livro apresenta análises e questiona sobre o sistema

de cárcere brasileiro, que é precário, quem são as pessoas presas e a causa. Com entrevistas individuais de cada participante e profissional, também foi analisado a vida pós-cárcere em um país que apresenta uma sociedade preconceituosa.



Alunos de Letras realizam Encontro sobre Meio Ambiente

No dia 24/11 aconteceu a sessão de Posters do IV Encontro On Human Rigths e do IV Encontro Environmental Issues, organizado pelas professoras Ana Elisa Cysne e Vera Cabrera Duarte, do Curso de Letras Tradução Inglês/Português. Acima publicamos alguns momentos do evento.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM APROFUNDAMENTO MARXISTA

SEMINÁRIOS NEAM

Dias 16, 23 e 30
Novembro | 2022
19h30

30/11
19H30

LANÇAMENTO DO LIVRO
MARXISMO E A OPRRESSÃO AS MULHERES: RUMO A UMA TEORIA UNITÁRIA.
Lise Vogel



Camila Carduz Rocha
Pesquisadora do NEAM
Doutoranda em Serviço Social pela (PUC-SP)
Economista e Assistente Social

Palestrante



Juliana Scabello
Pesquisadora do NEAM
Mestranda em Serviço Social (PUC-SP)

Mediação

Tema

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E SUA RELEVÂNCIA PARA A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS E PARA O SERVIÇO SOCIAL



Beatriz Abramides
Coordenadora do NEAM
Professora Dra. em Serviço Social

Coordenação

Realização

- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- NEAM | PUC-SP
- neampucsp.wordpress.com

Apoios:





Local
• PUC-SP | Auditório 117A (Prédio Novo)
• Rua Monte Alegre, 984, Perdizes São Paulo-S
• Transmissão Ao Vivo pelo Canal do YouTube da TVPUC-SP pelo link: (disponibilizado posteriormente)